

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 696

Fixa o currículo pleno do curso de Graduação em Direito - Bacharelado, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2005.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS "AD REFERENDUM" DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que consta do processo nº 23070.013789/2004-72,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fixar o currículo pleno do curso de Graduação em Direito, da Universidade Federal de Goiás, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2005.

Art. 2º - A unidade acadêmica responsável pelo curso de Direito no âmbito da Universidade Federal de Goiás é a Faculdade de Direito.

Parágrafo único - O curso referido no *caput* deste artigo conferirá o grau acadêmico de Bacharel em Direito.

Art. 3º - O curso é organizado em semestres letivos, conforme o disposto no Regulamento Geral de Cursos de Graduação vigente na Universidade Federal de Goiás.

Parágrafo único - O Curso será ministrado em período integral e as disciplinas do Núcleo Comum serão oferecidas predominantemente nos turnos:

- I.** matutino, para a turma **A**;
- II.** noturno, para a turma **B**; e
- III.** noturno, para a turma **C** (Curso de Direito - Convênio Cidade de Goiás).

Art. 4º - O currículo do Curso, devidamente integrado, busca a concretização dos seguintes princípios norteadores da formação em Direito:

- I.** formação democrática, em que as relações de ensino-aprendizagem tenham como objetivo a promoção da participação

discente no processo educativo;

IIo processo educativo como parte integrante da realidade sócio-histórico-cultural;

IIIformação crítica e criadora, que possibilite ao estudante o exercício da auto-reflexão e busca de soluções dos problemas apresentados, analisando, criativamente, as situações impostas;

IVformação humanística, em que os problemas do mundo, em especial do País e da região, sejam investigados com um comportamento social ativo, a possibilitar a superação de si mesmo, da insensibilidade individualista que resiste em reconhecer os problemas do outro e da coletividade;

Vformação teórica sólida que permita compreender, de forma crítica e rigorosa, o Direito, os valores e as relações sociais;

VIformação voltada para os aspectos jurídicos, culturais, sociais e econômicos relevantes na sociedade local, regional, nacional e internacional, articulados com uma formação constitucional como referência para a ordem jurídica global;

VIIa unidade entre a teoria e a prática;

VIIIa indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

IXa articulação entre a graduação e a pós-graduação;

Xa pesquisa como dimensão da formação e do trabalho docente, visando à inserção crítica dos alunos na esfera da compreensão e da produção do saber;

XIa autonomia dos trabalhos docente e discente;

XIIa interdisciplinaridade na organização curricular.

Art. 5º - O perfil do profissional a ser formado no curso de Direito deve apresentar as seguintes características:

- I. permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- II. conduta ética associada à responsabilidade social e profissional, com a conscientização do seu perfil social e político, como cidadão e como agente transformador da sociedade;
- III. capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir de constante pesquisa e investigação das questões relativas à realidade local, regional, nacional e internacional;
- IV. capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e transindividuais;
- V. capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, a partir do entendimento de que a solução extrajudicial preserva a paz e a harmonia social;
- VI. capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- VII. domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- VIII. visão atualizada das questões contemporâneas, com consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço; e
- IX. capacidade de desenvolver a aptidão específica de pesquisador.

Art. 6º - O Curso buscará a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, através dos mecanismos institucionais existentes, tais como estágios supervisionados pelo Núcleo de Prática Jurídica, cursos de extensão, cursos de pequena duração, núcleos de estudos e pesquisa, convênios e programas de iniciação científica.

Art. 7º - A estrutura curricular está organizada com base nos seguintes componentes, a saber:

- I** matérias e disciplinas básicas, de formação geral do acadêmico;
- II** matérias e disciplinas profissionalizantes, destinadas a preparar o aluno para o desempenho de atribuições típicas da área jurídica;
- III** matérias e disciplinas de natureza prática, desenvolvidas em sala de aula e junto ao Núcleo de Prática Jurídica, municiando o aluno de todos os conhecimentos ligados à prática forense;
- IV** aprofundamento em pesquisa científica e estudos nas áreas de formação do acadêmico de Direito;
- V** disciplinas de elaboração e defesa do trabalho de curso;
- VI** atividades de extensão e estágio supervisionado na área jurídica a ser prestado junto ao Núcleo de Prática Jurídica;
- VII** atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais;
- VIII** estudo/núcleo livre.

Art. 8º - A carga horária mínima do Curso será de 4.268 (quatro mil duzentos e sessenta e oito) horas a serem integralizadas no tempo mínimo de 10 (dez) semestres e no tempo máximo de 16 (dezesseis) semestres, período em que deverão ser cumpridas obrigatoriamente:

- I** 2768 (duas mil, setecentas e sessenta e oito) horas de disciplinas do núcleo comum;
- II** 448 (quatrocentas quarenta e oito) horas de disciplinas do núcleo específico obrigatório;
- III** 128 (cento e vinte e oito) horas de disciplinas do núcleo específico optativo;
- IV** 400 (quatrocentas) horas de disciplinas do núcleo específico profissional;
- V** 224 (duzentos e vinte e quatro) horas de núcleo livre;
- VI** 300 (trezentas) horas de atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais.

§ 1º - As disciplinas do núcleo comum, obrigatórias, e do núcleo específico obrigatórias e optativas, encontram-se descritas nos Anexo I desta resolução.

§ 2º - As ementas das disciplinas do núcleo comum e do núcleo específico e cargas horárias encontram-se no Anexo II desta resolução.

§ 3º - Os programas das disciplinas deverão ser elaborados e periodicamente revisados, com observância das ementas, objetivos, habilidades e competências, pelos respectivos departamentos a que pertencem, conforme os lineamentos contidos no Anexo II.

§ 4º - O aluno deverá cursar todas as disciplinas optativas pertencentes a um dos eixos temáticos de sua escolha, definidos no Anexo III desta resolução.

Art. 9º - Os estudantes serão matriculados a cada semestre letivo, observando:

- I. o pré-requisito das disciplinas;
- II. a carga horária semestral mínima de 256 (duzentas e cinquenta e seis) horas;
- III. o limite de vagas nas disciplinas;
- IV. a compatibilidade entre os horários das disciplinas.

Art. 10 - O bacharelado apresentará obrigatoriamente um Trabalho de Curso sobre tema de sua escolha, sob orientação de um professor do quadro docente da Unidade Acadêmica, com o objetivo de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático (teórico e prático), a interdisciplinaridade, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito.

§ 1º - A elaboração e defesa do Trabalho de Curso, em qualquer área de conhecimento, é requisito indispensável para a colação de grau e consistirá em pesquisa individual orientada, por meio de disciplinas.

§ 2º - O Trabalho de Curso será apresentado perante banca composta de três membros, a saber: o professor orientador, como seu presidente; um professor ou aluno de Mestrado ou Doutorado em Direito da UFG ou de qualquer outra IES; e de outro membro de notável conhecimento dentro de sua formação superior.

§ 3º - O Conselho Diretor, por meio de regulamento próprio, definirá as atribuições do Coordenador do Trabalho de Curso, os procedimentos de elaboração, defesa e avaliação do Trabalho de Curso, critérios para formação de banca examinadora, entre outros assuntos de interesse.

Art. 11 - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é o órgão de coordenação, controle, supervisão, desenvolvimento e orientação das atividades obrigatórias de estágio supervisionado de prática jurídica do Curso de Graduação em Direito, integrante do currículo pleno, respeitadas as competências específicas dos Departamentos e do Conselho Diretor.

§ 1º - O NPJ destina-se a coordenar, supervisionar e executar as atividades de estágio supervisionado e curricular do Curso de Direito e de estágio profissional da advocacia, mediante a prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas carentes nos termos do art. 5º, LXXV da CF, defesa dos direitos humanos e apoio à projetos comunitários da cidadania, sob a supervisão de um professor da instituição formadora e a participação dos profissionais do campo de estágio, conforme previsto no Regulamento Geral de Cursos de Graduação.

§ 2º - As atividades de estágio terão natureza essencialmente prática na área jurídica e serão desenvolvidas e supervisionadas pelo NPJ, ao qual cabe ao núcleo produzir atividades de suporte, para os alunos, conforme necessidades programáticas de:

- I. Prática Jurídica Real;

- II. Prática Jurídica Simulada;
- III. acompanhamento de audiências e visitas orientadas;
- IV. acompanhamento de extensão de serviços comunitários.

§ 3º - O estágio supervisionado de prática jurídica é obrigatório e integrante do currículo pleno, devendo ser feito na forma regulamentar mediante matrícula na Secretaria da Faculdade e inscrição no NPJ.

§ 4º - O estágio forense tem carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas de atividades práticas simuladas e reais devidamente balizado em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Diretor da Faculdade de Direito.

§ 5º - O Núcleo de Prática Jurídica será composto também de um Fórum Universitário apto ao exercício das atividades simuladas dos atos dos processos jurídicos, compreendendo, principalmente:

- I. cartório acadêmico cível;
- II. cartório acadêmico penal;
- III. cartório acadêmico trabalhista;
- IV. sala de audiências acadêmicas penais, com respectivo juizado;
- V. sala de audiências acadêmicas cíveis, com respectivo juizado;
- VI. sala de audiências acadêmicas trabalhistas, com respectivo juizado;
- VII. instalações do tribunal de júri, com capacidade mínima de 80 pessoas.

§ 6º - O estágio supervisionado do Curso de Graduação em Direito obedece ao estipulado na legislação em vigor sobre estágios e ao previsto no Regulamento do NPJ, e compreendem todas as atividades de estudo, pesquisa, serviços e trabalhos reais e simulados desenvolvidos nas disciplinas de Estágio de Prática Jurídica e nos serviços de assistência jurídica, de estágios forenses e conveniados, bem como naquelas desenvolvidas nos laboratórios jurídicos.

§ 7º - São considerados estagiários, cujas atividades poderão ser computadas para fins de Estágio Supervisionado, todos os alunos matriculados nas disciplinas de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado.

§ 8º - O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, de caráter extracurricular inclusive para graduados, poderá ser oferecido pela Faculdade de Direito, em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

§ 9º - De acordo com o parágrafo anterior, a complementação da carga horária, no total estabelecido no convênio, será efetivada mediante atividades no próprio Núcleo de Prática Jurídica, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia ou em setores jurídicos, públicos ou privados, credenciados e acompanhados pelo núcleo e pela OAB.

§ 10 - O tempo de estágio realizado em Defensoria Pública da União, do Distrito Federal ou dos Estados, na forma do artigo 145, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, será considerado para fins de carga horária do estágio curricular previsto no §1º do artigo 7º da Resolução MEC/CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004.

Art. 12 - As atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais compreendem experiências de enriquecimento curricular em seu campo de estudos ou em outras áreas de conhecimento, entre outras, mediante a participação dos seguintes eventos e atividades: cursos e projetos de extensão; disciplinas do núcleo livre; participação de conselhos superiores da UFG e de órgãos públicos; relatórios de participação de defesas de dissertação de mestrado e teses de doutorado; seminários; simpósios; congressos; conferências; debates; colóquios; monitorias; cursos e outras atividades nas áreas da cultura, das ciências e das artes, conforme o preconizado no art. 8º, e parágrafo único, da Resolução MEC/CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004.

Parágrafo único - As atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais a serem validadas pela Coordenação do Curso, com rígido controle de presenças e carga horária de seus comprovantes, devem ser desenvolvidas em eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, programadas por instituições de ensino superior ou entidades de classes representativas e idôneas, conforme critérios de proporcionalidade definidos em resolução específica da Faculdade de Direito.

Art. 13 - O núcleo livre compreende um conjunto de disciplinas à escolha do aluno, dentre as oferecidas no âmbito da Faculdade de Direito e das unidades da UFG, e visa à ampliação e ao aprofundamento da formação humana e profissional.

§ 1º - As disciplinas que compõem o núcleo livre poderão, ainda, constituir-se como áreas de aprofundamento de estudos.

§ 2º - As disciplinas do núcleo livre que tenham conexão com os eixos temáticos do núcleo específico serão oferecidas preferencialmente às demais.

§ 3º - As disciplinas do núcleo livre, quando aprovadas pelo Conselho Diretor, poderão ser oferecidas por meio de ensino à distância.

Art. 14 - O currículo ora estruturado será aplicado aos alunos que ingressarem na Faculdade de Direito a partir do ano de 2005, bem assim aos que ficarem retidos na 1ª série do Curso, após a aprovação desta Resolução.

Parágrafo único - As disciplinas que compõem o núcleo específico, consideradas optativas, e do núcleo livre, quando existentes as vagas, poderão ser ofertadas aos alunos das séries do currículo anterior, regido pela Resolução CCEP nº 425/98.

Art. 15 - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Goiânia, 26 de janeiro de 2005.

Profª. Drª. Milca Severino Pereira
- Presidente -

ANEXO I DA RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 696

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

NÚCLEO COMUM E NÚCLEO ESPECÍFICO

As disciplinas que irão compor o **Núcleo comum** e o **Núcleo específico** do fluxograma curricular são as seguintes:

| NÚCLEO COMUM (OBRIGATORIAS) | | | | | |
|------------------------------------|--|----------------------|-----|-----|-----|
| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | UNIDADE RESPONSÁVEL | CHS | | CHT |
| | | | TEO | PRA | |
| Ciência Política | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito Administrativo I | Teoria Geral do Estado, Teoria da Constituição, Direito Constitucional I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Administrativo II | Direito Administrativo I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil I (Parte Geral I) | Introdução ao Direito | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil II (Parte Geral II), | Direito Civil I (Parte Geral I) | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito Civil III (Obrigações) | Direito Civil II (Parte Geral II) | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil IV (Contratos) | Direito Civil III (Obrigações) | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil V (Direitos Reais) | Direito Civil III (Obrigações) | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil VI (Família) | Direito Civil III (Obrigações) | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Civil VII (Sucessões) | Direito Civil III (Obrigações) | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Constitucional I | Teoria Geral do Estado, Teoria da Constituição, Ciência Política | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Constitucional II | Direito Constitucional I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito do Trabalho I | Direito Civil III | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito do Trabalho II | Direito do Trabalho I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Empresarial I | Não há | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Empresarial II | Direito Empresarial I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Empresarial III | Direito Empresarial II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Penal I | Não há | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Penal II | Direito Penal I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Penal III | Direito Penal II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |

| | | | | | |
|---|------------------------------------|-----------------------|---|---|----|
| Direito Penal IV | Direito Penal II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Civil I | Teoria Geral do Processo | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Civil II | Direito Processual Civil I | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito Proc. Civil III | Direito Processual Civil II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Civil IV | Direito Processual Civil III | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Civil V | Direito Processual Civil IV | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Penal I | Criminologia, Direito Penal III | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Penal II | Direito Processual Penal I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Penal III | Direito Processual Penal II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Proc. Penal IV | Direito Processual Penal III | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Tributário I | Teoria da Constituição | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Tributário II | Direito Tributário I | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Economia Política | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Ética Profissional Jurídica | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Filosofia Geral | Não há | Filosofia | 3 | - | 48 |
| Filosofia Jurídica | Filosofia Geral | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Hermenêutica Jurídica e Direito Intertemporal | Introdução ao Direito | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| História do Pensamento Jurídico | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Introdução ao Direito | Não há | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Metodologia da Pesquisa em Direito | Metodologia do Trabalho Científico | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Metodologia do Trabalho Científico | Não há | Faculdade de Educação | 2 | - | 32 |
| Monografia Jurídica I (Projeto) | Metodologia da Pesquisa em Direito | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Monografia Jurídica II (Elaboração e Defesa) | Monografia Jurídica I (Projeto) | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Sociologia Geral | Não há | Ciências Sociais | 3 | - | 48 |
| Sociologia Jurídica | Sociologia Geral | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Teoria Geral do Estado | Ciência Política | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Teoria da Constituição | Teoria Geral do Estado | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Teoria Geral do Processo | Direito Penal II, Direito Civil II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |

Carga Horária Total:

2768

**NÚCLEO ESPECÍFICO
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | UNIDADE RESPONSÁVEL | CHS | | CHT |
|----------------------------------|--|----------------------|-----|-----|------------|
| | | | TEO | PRA | |
| Criminologia | Não há | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Agrário | Direito Constitucional II, Direito Civil V | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Ambiental | Direito Constitucional II | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Econômico e Concorrência | Economia Política, Direito Constitucional II | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito Internacional Público | Introdução ao Direito | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Direito Processual Trabalhista | Direito do Trabalho II, Teoria Geral do Processo | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Medicina Legal | Criminologia, Direito Penal III | Faculdade de Direito | 4 | - | 64 |
| Responsabilidade Civil | Direito Civil III | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Carga Horária | | | | | 448 |

**NÚCLEO ESPECÍFICO
DISCIPLINAS OPTATIVAS**

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | UNIDADE RESPONSÁVEL | CHS | | CHT |
|--|---|----------------------|-----|-----|-----|
| | | | TEO | PRA | |
| Ações Coletivas | Teoria Geral do Estado | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Comparado | Introdução ao Direito | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Comunitário e da Integração | Teoria Geral do Estado | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito de Execução Penal e Administração Prisional | Não há | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito de Negociação, Mediação e Arbitragem | Não há | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito do Comércio Internacional | Direito Econômico, Direito Civil V | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito do Consumidor | Não há | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Imobiliário | Não há | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Penal Internacional e Cortes Internacionais de Justiça | Direito Constitucional I | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Leis Penais específicas | Direito Penal I, Direito Penal II | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direito Processual Administrativo | Direito Administrativo I e II, Teoria Geral do Processo | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Direito Previdenciário | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Direitos Individuais Especiais | Não há | Faculdade de Direito | 3 | - | 48 |
| Propriedade Industrial | Direito Empresarial I e II | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |
| Processo Constitucional | Teoria Geral do Processo | Faculdade de Direito | 2 | - | 32 |

**NÚCLEO ESPECÍFICO PROFISSIONALIZANTE
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | UNIDADE RESPONSÁVEL | CHS | | CHT |
|---|---|----------------------|-----|-----|------------|
| | | | TEO | PRA | |
| Estágio Supervisionado I | Teoria Geral do Processo | Faculdade de Direito | - | 2 | 32 |
| Estágio Supervisionado II | Estágio Supervisionado I | Faculdade de Direito | - | 2 | 32 |
| Estágio Supervisionado III | Estágio Supervisionado II | Faculdade de Direito | - | 2 | 32 |
| Estágio Supervisionado IV | Estágio Supervisionado III | Faculdade de Direito | - | 2 | 32 |
| Estágio Supervisionado V | Estágio Supervisionado IV | Faculdade de Direito | - | 2 | 32 |
| Laboratório de Prática Jurídica (Civil I) | Direito Processual Civil III | Faculdade de Direito | - | 3 | 48 |
| Laboratório de Prática Jurídica (Civil II) | Laboratório de Prática Jurídica (Civil I) | Faculdade de Direito | - | 3 | 48 |
| Laboratório de Prática Jurídica (Penal I) | Direito Processual Penal III | Faculdade de Direito | - | 3 | 48 |
| Laboratório de Prática Jurídica (Penal II) | Laboratório de Prática Jurídica (Penal I) | Faculdade de Direito | - | 3 | 48 |
| Laboratório de Prática Jurídica (Trabalhista) | Direito Processual Trabalhista | Faculdade de Direito | - | 3 | 48 |
| Carga horária | | | | | 400 |

ANEXO II DA RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 696

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM

CIÊNCIA POLÍTICA - CHTS 64

Origem e constituição da sociedade. Direito. Poder e Sociedade. Estado, Direito e Política. Conceito de ciência política. Ciência Política e Teoria do Estado. O surgimento da Política na Grécia Clássica; Maquiavel e o surgimento da política moderna; Thomas Hobbes: O estado de natureza; Os fundamentos do Estado Absolutista; A teoria do Contrato Social; John Locke: O estado de natureza; O direito de resistência; A teoria da propriedade; Sociedade política ou civil; Os termos do contrato social; Jean Jacques Rousseau: O estado de natureza; Os termos do Contrato Social; Soberano e governo; A vontade geral; Os fundamentos do Estado Democrático; O Estado na concepção de Montesquieu; A atualidade conceptual do Estado: Norberto Bobbio e Reinhold Zippellius; Estado de Direito; Welfare State; Estado Democrático de Direito; Dimensões específicas da comunidade estatal; Estado industrial de regulação intensiva;

DIREITO ADMINISTRATIVO I - CHTS 64

O Estado moderno e o Direito Administrativo: noções introdutórias. Direito Administrativo: conceitos, evolução, atualidades e tendências doutrinárias. Regime Jurídico-Administrativo: conceito e importância. Princípios da Administração Pública. Poderes-deveres da Administração Pública. Administração Pública: natureza, fins e atividades. Administração Direta e Indireta. Serviços Públicos: evolução histórica, regras constitucionais, caracterização e princípios aplicáveis. Intervenção do Estado no domínio econômico. Ato Administrativo: conceito, atributos, elementos, classificações e espécies. Extinção e modalidades. Controle da discricionariedade pelo Poder Judiciário. Processo Administrativo: conceito, requisitos, princípios, classificação, espécies e fases. Licitação: conceito, fundamentos, objeto, princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos. Anulação e revogação. Recursos.

DIREITO ADMINISTRATIVO II - CHTS 64

Contrato Administrativo: conceito, distinções, características, modalidades, formalização, execução e controles. Extinção. Convênios e Consórcios. Bens Públicos. Domínio Público. Tipologia. Afetação e desafetação. Regime Jurídico. Uso de bens públicos por particulares. Poder de Polícia: evolução histórica, conceito, caracterização, fundamentos e finalidades. Regime Jurídico. Agentes Públicos. Cargos, empregos e funções. Regimes jurídicos aplicáveis. Servidores Públicos. Regime Disciplinar e Responsabilidades. Responsabilidade Civil do Estado: evolução histórica e regras constitucionais. Responsabilidade objetiva. Controle da Administração Pública. Controle interno. Controle parlamentar. Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Ações constitucionais de controle.

DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL I) - CHTS 64

Parte Geral do Código Civil. Direito Civil: conceito, origens e fontes. Das pessoas. Pessoa natural e pessoa jurídica. Domicílio. Direitos da Personalidade. Objeto da relação jurídica: bens e noção de patrimônio. Dos bens. Classificação dos bens: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados. Bens públicos e bens particulares; bens no comércio e fora dele. Bem de família. Direitos registráveis e direitos não registráveis. Registro de bens móveis e de bens imóveis.

DIREITO CIVIL II - (PARTE GERAL II) - CHTS 48

Fatos e atos jurídicos. Classificação dos atos jurídicos. Distinção entre ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico. Teoria do negócio Jurídico: planos da existência, da validade e da eficácia. Defeitos da vontade na formação dos negócios jurídicos. A incongruência entre a vontade e a sua manifestação: erro ou ignorância, dolo, coação e estado de perigo. O fim ilícito desvirtua o ato: lesão, simulação, fraude contra credores. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. O sistema das nulidades: atos nulos e atos anuláveis. Nulidade e inexistência. Atos ilícitos e a distribuição equitativa dos prejuízos. Prescrição e decadência.

DIREITO CIVIL III (OBRIGAÇÕES) - CHTS 64

Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; *astreintes*; fiança; privilégios; penhor e hipoteca. Liquidação das obrigações. Concurso de credores. Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito. Responsabilidade por ato ou fato de outrem.

DIREITO CIVIL IV - (CONTRATOS) - CHTS 64

Teoria Geral dos contratos: conceito, caracterização, princípios, origem e evolução atual. Formação contratual. Espécies contratuais tradicionais e as modernas figuras de contratos civis. Dos contratos em espécie: obrigações por declaração unilateral da vontade - títulos ao portador e promessa de recompensa; obrigações por atos ilícitos; arras, estipulações em favor de terceiros, vícios redibitórios, evicção; enriquecimento sem causa; contrato preliminar e contrato de adesão; contratos atípicos e contratos inominados; contrato fiduciário, mediação e contratos coligados. Tendências atuais do direito contratual.

DIREITO CIVIL V (DIREITOS REAIS) - CHTS 64

Direito das coisas: conceito, classificação e conteúdo. Distinção entre direito real e direito obrigacional. Direitos reais: características, conceito, objeto, constituição e classificação. Posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica. Modos de aquisição e perda da posse. Classificação da posse. Proteção possessória. Usucapião. Efeitos. Da Propriedade: noções, evolução, natureza jurídica, fundamento, evolução histórica. Função social, restrições legais e limitações voluntárias. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Registro de Imóveis. Aquisição e perda da propriedade móvel. Restrições ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Do condomínio. Incorporações. Propriedade resolúvel. Propriedade móvel. Noções de direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direitos reais de garantia: penhor, anticrese e hipoteca. Direitos reais de gozo: enfiteuse, servidões, usufruto, uso, habilitação, rendas constituídas sobre imóveis. Direito real de aquisição: compromisso irrevogável de venda de imóveis, direito de superfície. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca, alienação fiduciária e anticrese.

DIREITO CIVIL VI (FAMÍLIA) - CHTS 64

Direito de Família: noções, origem e evolução. A família e a sociedade. Especificidades das relações familiares, ou de afeto. A família na Constituição de 1988. Famílias monoparentais. Eixo matrimonial: casamento, habilitação, celebração, impedimentos, provas, nulidade e anulação, e efeitos. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Eixo concubinário: união estável, histórico e evolução, visão atual, regulamentação e legislação projetada. Eixo parental: parentesco, filiação legítima e ilegítima, reconhecimento de filhos, alimentos, adoção. Eixo assistencial: pátrio poder, tutela e curatela. Ausência.

DIREITO CIVIL VII (SUCESSÕES) - CHTS 64

Direito das Sucessões: conceito, fundamentos e evolução histórica. Sucessão em geral. Abertura da sucessão legítima e testamentária. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Exclusão da sucessão. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária ativa e passiva. Herdeiros necessários. Formas ordinárias e especiais de testamento. Disposições testamentárias e sua redução. Legados. Direito de acrescer entre os herdeiros e legatários. Substituição e fideicomisso. Deserdação. Testamenteiro. Partilha e inventário. Arrolamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL I - CHTS 64

A Constituição como o fundamento de validade do sistema jurídico-positivo. A evolução constitucional do Brasil. As espécies normativas. O processo legislativo. O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. A Constituição da República Federativa do Brasil. Preâmbulo. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos.

DIREITO CONSTITUCIONAL II - CHTS 64

A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Poder Legislativo. Processo legislativo. Tribunal de Contas. Poder Executivo. Poder Judiciário. Precatórios. Funções Essenciais à Administração da Justiça. Defesa das Instituições Democráticas. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

DIREITO DO TRABALHO I - CHTS 64

Direitos sociais. Direito do Trabalho: noções propedêuticas e históricas. Definição, autonomia, classificação e fontes. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. A estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Normas gerais de tutela do trabalho: identificação profissional; duração do trabalho; jornada de trabalho; prorrogação da jornada; períodos de descanso; trabalho noturno; salário mínimo; férias; segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho. Disposições especiais sobre a duração e condições de trabalho. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Do contrato individual de trabalho: disposições gerais; salário e remuneração; alteração; suspensão e interrupção; aviso prévio; rescisão contratual, homologação, e estabilidade. A relação do emprego rural.

DIREITO DO TRABALHO II - CHTS 64

Conflitos trabalhistas. Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Formas de composição. Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical. Funções do sindicato. Associações Sindicais. Federações e Confederações. Centrais sindicais. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução. Negociação coletiva. Convenção coletiva de trabalho. Justiça do Trabalho. O direito de greve e o *lock-out*. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional. As relações de trabalho e o Mercosul.

DIREITO EMPRESARIAL - CHTS 64

Direito comercial: teoria geral. Da empresa. Do empresário. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Registro da empresa. Propriedade industrial. Prepostos, gerentes e auxiliares da atividade empresarial. Escrituração empresarial. Sociedades empresárias. Sociedades não personificadas. Sociedades não empresariais. Sociedades empresariais em espécie: Sociedades em nome coletivo. Sociedades em comandita simples. Sociedades em conta de participação. Sociedades limitadas. Dissolução das sociedades contratuais. Sociedades coligadas e controladas. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedades dependentes de autorização. Nacionalidade das sociedades. Sociedades por Ações. Sociedade anônima: características estruturais e funções econômicas. Companhias abertas e fechadas. A sociedade anônima e o mercado de capitais. Sociedade anônima: constituição. Formação do capital social. Espécies e classes de ações. Outros títulos das SAs: as partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição e *commercial papers*. Direitos e deveres de acionistas. Deliberações sociais: assembléias gerais e especiais. Administração. Conselho fiscal. Aumento e redução do capital social. Lucros sociais e sua distribuição. Negócios sobre o controle acionário. Sociedade anônima: dissolução e liquidação. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Os grupos societários: coligação e controle, participação recíproca, responsabilidades administrativas, demonstrações financeiras, subsidiária integral. Os grupos societários convencionais: grupo de subordinação, o consórcio. As sociedades em comanditas por ações.

DIREITO EMPRESARIAL II - CHTS 64

Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda empresarial. Contratos de cooperação empresarial: Comissão, representação, concessão, franquias, distribuição, transferência de tecnologia. Contratos bancários: Mútuo, desconto, abertura de crédito, crédito documentário. Contratos bancários impróprios: Alienação fiduciária em garantia, faturização, arrendamento mercantil, cartão de crédito. Contratos de seguro. Títulos de crédito: conceito, princípios e atributos. Constituição do crédito cambiário. Classificação dos títulos de crédito. Títulos ao portador, a ordem, e nominativos. Letra de Câmbio: legislação aplicável. Requisitos. Letra de câmbio: legislação aplicável. Requisitos. Nota Promissória: legislação aplicável. Requisitos. Duplicata: legislação aplicável. Requisitos. Duplicata de prestação de serviços. Cheque: legislação aplicável. Requisitos. Títulos de crédito impróprios: Títulos de investimento. Títulos de financiamento. Títulos representativos.

DIREITO EMPRESARIAL III - CHTS - 64

Direito Falimentar: conceito, evolução histórica, princípios, sujeito. Processo falimentar: pedido de falência. Sentença declaratória. Sentença denegatória. Administração da falência. Fase cognitiva do processo falimentar. Fase satisfativa do processo falimentar. Reabilitação do falido. Regime jurídico patrimonial do falido. Regime jurídico negocial do falido. Regime jurídico dos credores do falido. Crimes falimentares. Concordata: condições gerais. Concordata preventiva. Concordata suspensiva. Oposição à concordata. Liquidação judicial das instituições financeiras. O Projeto de Lei de Falências. Os novos institutos no âmbito da quebra. A recuperação judicial da empresa. Direito Marítimo: noções gerais. Direito Aeronáutico: noções gerais.

DIREITO PENAL I - CHTS 64

Estudo da propedêutica jurídico penal: parte geral. Estudo da norma penal. Estudo da teoria geral do crime. Tipicidade. Antijuridicidade. Culpabilidade.

DIREITO PENAL II - CHTS 64

Concurso de pessoas. As penas. Concursos de crimes. Regimes de execução. Cominação das penas. Aplicação. Medidas de segurança. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Noções sobre ação penal. Da extinção da punibilidade.

DIREITO PENAL III - CHTS 64

Introdução ao estudo dos crimes em espécie. Dos crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PENAL IV - CHTS 64

Estudo sistemático das normas incriminadoras em espécie. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - CHTS 64

Do processo de conhecimento. Do procedimento: a) procedimento comum: ordinário e sumário; b) procedimentos especiais. Fases do processo. Atos processuais: conceito, classificação e forma. Sujeitos do Processo. Atos do juiz, das partes, auxiliares da justiça. Nulidades processuais. Formação do processo: a petição inicial. Requisitos. Indeferimento. Pedido. Cumulação de pedidos. Tutela Antecipatória. Citação. Intimação. Resposta do réu. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia. Defesa e exceções. A contestação. A reconvenção. A audiência de instrução e julgamento. Conciliação. A suspensão do processo. Extinção do processo. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide. Do saneamento do processo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II - CHTS 48

Instrução da causa. Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração. Objeto, destinatário e meios de prova. Admissibilidade dos meios de prova. Classificação das provas. Ônus da prova. Momentos da prova. Falta ou insuficiência da prova. Das provas em espécie: depoimento pessoal da parte e confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Despesas processuais. Honorários de advogado. Sentença. Coisa julgada. Conceito da coisa julgada. Fundamento político e jurídico da coisa julgada. Natureza jurídica da coisa julgada. A coisa julgada no CPC brasileiro. Validade da sentença transitada em julgado. A coisa julgada nas sentenças determinativas. Limites objetivos da coisa julgada. Limites subjetivos da coisa julgada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III - CHTS 64

Teoria Geral dos Recursos. Recurso adesivo. Os recursos no CPC. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Embargos de divergência. Procedimentos nos Tribunais. Da uniformização da jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. Declaração de constitucionalidade. Ação rescisória. a) Do Processo nos Tribunais: da uniformização da jurisprudência; da declaração de inconstitucionalidade; da homologação de sentença estrangeira e da ação rescisória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV - CHTS 64

Teoria geral da Execução. Da Execução em geral. Suspensão e extinção do processo de execução. Juiz e partes na execução. Competência. Do título executivo: execução por título judicial e extrajudicial. Da responsabilidade patrimonial. Liquidação da sentença. Das

diversas espécies de execução. A execução para entrega da coisa certa ou incerta. A execução das obrigações de fazer ou não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa por devedor insolvente. Dos embargos do devedor e suas espécies. Exceção de pré-executividade. Embargos à execução. Da remissão. Suspensão e extinção do processo de execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V - CHTS 64

Do Processo Cautelar: teoria geral do processo cautelar. Processo Cautelar. A tutela antecipatória e o processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos; outras medidas provisionais. Processos de procedimento especial de jurisdição contenciosa. Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária. Ações especiais extravagantes

DIREITO PROCESSUAL PENAL I - CHTS 64

Processo penal: aspectos gerais. Histórico do Direito processual penal. A Constituição e os princípios orientadores do processo penal democrático. Persecução penal. Inquérito policial. Processo e procedimento. Sujeitos processuais. Relação jurídica processual. Ação penal: pública incondicionada; pública condicionada e penal privada. A ação penal e sua natureza jurídica. Condições da ação penal e condições de procedibilidade. Elementos da ação penal. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Da jurisdição penal. Competência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II - CHTS 64

Estudo da parte especial do código de processo penal. Da instrução criminal. Da prova. Medidas assecuratórias. Teoria geral do procedimento cautelar. Das medidas cautelares de natureza pessoal: prisão, prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária. Das contracautelas: liberdade provisória com e sem fiança. Das medidas cautelares de natureza real. Procedimentos: ordinário, sumário e sumaríssimo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III - CHTS 64

Tribunal do Júri. Do procedimento de ato infracional de menor. Sentença criminal. Coisa julgada. Incidentes. Nulidades processuais. Teoria geral dos recursos. Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Do protesto por novo júri. Dos embargos. Da carta testemunhável. Do recurso ordinário constitucional. Do recurso extraordinário. Da revisão criminal. Agravo. Correição parcial. Das questões prejudiciais e procedimentos incidentes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL IV - CHTS 64

Das ações constitucionais: *Habeas corpus* e mandado de segurança. Teoria geral da execução. Da execução das penas em espécies. Dos deveres, direitos e disciplina do condenado. Dos órgãos de execução penal. Dos estabelecimentos penais. Do procedimento dos crimes militares. Estudo dos procedimentos especiais: Lei de tóxicos. Lei de abuso de autoridade. Dos crimes contra a honra. Dos crimes praticados por funcionários públicos.

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA - CHTS 64

Direito Processual do Trabalho: conceitos, características, fundamentos e origens. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Conflitos do trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competências. O processo trabalhista. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

DIREITO TRIBUTÁRIO I - CHTS 64

Direito Financeiro. Os fenômenos financeiros. Ciências das finanças e Direito financeiro. Relações entre economia e o direito. O papel do direito na implementação da política econômica estatal. Despesa pública. Orçamentos. Balanços públicos. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O

poder e o direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação Tributária: classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção. Administração Tributária.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - CHTS 64

Direito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. Tributo. Espécies Tributárias. Legislação Tributária. Impostos da União. Impostos dos Estados-membros. Impostos do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. A interdisciplinariedade do Direito Tributário Penal, Direito Penal Tributário e Processo Tributário. O processo tributário administrativo. O processo tributário judicial. Denúncia. Dependência da esfera administrativa em relação à esfera judicial. Petição inicial. Citação. Embargos do devedor. Execução fiscal.

ECONOMIA POLÍTICA - CHTS 48

Introdução ao problema econômico, necessidades, escassez, escolha, utilidade, valor e preço, bens econômicos. Economia e Ciências Sociais, micro e macroeconomia. Juízo de valor na ciência valor na ciência econômica, teoria econômica e economia política. Noções de Direito econômico, sistemas econômicos. Tradição, Autoridades e Autonomia, o mercado; bens coletivos, custos sociais. Política econômica, planejamento, política fiscal, cambial, monetária. Direito Econômico: princípios. Oferta e procura. Utilidade marginal, elasticidade, preço e renda. Teoria da produção, fatores, economia de escala. Concorrência perfeita, imperfeita, oligopólio e monopólio. Concentração econômica. Macroeconomia, renda e emprego, juros, aluguéis, dividendos e salários. Distribuição da renda. Produto Nacional, renda nacional. Consumo, poupança, investimentos. Economia monetária, sistema bancário e mercado financeiro. Inflação, teoria quantitativa. Monetarismo e Estruturalismo. Política monetária. Atividades Financeiras do Estado. Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico.

ÉTICA PROFISSIONAL JURÍDICA - CHTS 48

Ética e Direito. Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Consciência Ética. Ética da Alteridade. Ética Especial: Aspectos éticos referentes à vida, à procriação, à família, à ordem social, e à propriedade. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégias de ação do profissional do Direito. O advogado e seu Estatuto. A Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética Profissional. O Juiz: deveres profissionais. O Ministério Público. Os auxiliares da Justiça.

FILOSOFIA GERAL - CHTS 48

Filosofia: natureza, elementos característico, objeto, método e divisão. História do pensamento filosófico. Crítica do conhecimento. Conhecimento da verdade. Método cartesiano. A dialética. Do conhecimento quanto à essência. Do conhecimento quanto ao método. Do conhecimento quanto ao seu alcance. Teoria dos objetos. Ser e dever ser. Objetos naturais, psíquicos e ideais. Os valores e suas características. Objetos culturais e conceitos de cultura. Natureza e cultura. Estrutura dos bens culturais. Cultura e pessoa humana. Explicação e compreensão. Ciências naturais e ciências culturais. O direito e a sua fundamentação.

FILOSOFIA JURÍDICA - CHTS 64

Situação do Direito no mundo da cultura. O Direito como objeto da Filosofia. Filosofia do Direito e Ciência do Direito. Estrutura tridimensional do Direito. Problema e sistema no direito. A autopoiese. A realidade jurídica. Conceito e estrutura da relação jurídica. Nova idéia do conceito de direito subjetivo. A pessoa na relação jurídica. Epistemologia jurídica. Questionamento acerca da cientificidade do Direito. Gnoseologia jurídica. A teoria do

conhecimento aplicada ao direito. O conhecimento jurídico. Axiologia jurídica. Os valores no direito. A “ética material dos valores” de Max Scheler em oposição a Kant. A teoria da justiça: John Rawls. Ontologia jurídica. O problema do conceito e da essência do direito. Ontologia versus retórica, na filosofia e no direito. Metafísica, gnoseologia e ontologia: um embate necessário.

HERMENÊUTICA JURÍDICA E DIREITO INTERTEMPORAL - CHTS 48

Hermenêutica modelos e fundamentos. Teorias e escolas de hermenêutica jurídica. A hermenêutica jurídica no Brasil - A hermenêutica de Carlos Maximiliano. Alípio Silveira e a lógica do razoável. A hermenêutica jurídica estrutural de Miguel Reale. O sistema da livre pesquisa no Brasil. Subsunção e ideologia. Justiça formal, antinomias e equidade. Direito e jurisprudência. Técnicas de interpretação. A aplicação do direito. Vigência da Lei no espaço e no tempo. A Lei de Introdução ao Código Civil. Incompletude do ordenamento jurídico, as lacunas e a integração do direito. Analogia e costume. Princípios gerais do direito. Interpretação da norma constitucional- consolidação dos valores constitucionais.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO - CHTS 48

Antropologia e Direito. História das correntes jurídicas: positivismo versus jusnaturalismo. Fases do jusnaturalismo: Idade antiga; Idade média: Agostinho e Aquino; Escola Clássica do Direito Natural: Hobbes e Locke. Escola Naturalista: Grotius e Pufendorf. Escola Racionalista: Rousseau e Kant. Historicismo versus Codificação: historicismo de Gustavo Hugo, Savigny, Edward Coke. Codificação e a escola da Exegese, Pandectismo e Jurisprudência Analítica. O pensamento jurídico de Rudolf von Jhering. O Sociologismo Jurídico com Leon Duguit. Escola do Direito Livre: H. Kantorowisk. Livre Investigação: François Geny; Sociologismo Norte-Americano: Holmes; Roscoe Pound e Benjamin Cardozo. O Positivismo Jurídico de Hans Kelsen. O Realismo Jurídico com Holmes, Alf Ross e Herbert Hart. Culturalismo: Reale, Cossio, Recasens Siches etc. Teorias críticas: Warat, Habermas etc. Instituições, historicidade crítica e novos paradigmas. Modernidade e Direito. A formação das Instituições Jurídicas.

INTRODUÇÃO AO DIREITO - CHTS 64

Conceito de Direito. Acepções do termo “direito”. A universalidade do fenômeno jurídico. O Direito como objeto do conhecimento. O Direito em face da ciência, sociedade e Estado. Sociedade e Direito. Direito e Justiça. Direito e Moral. Direito e Ciência. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Direito Público e Privado. Direito Material e Direito Processual. Direito e direitos. Direito e Poder. Direito e Ideologia. Direito e economia. *Common Law*. Direito Romano-germânico. Direitos religiosos. Direito oriental. Ordenamento jurídico. Codificação. Consolidação. Compilação. Teoria da Norma Jurídica. A Relação Jurídica: norma, fato e consequência. Fontes do Direito. Hierarquia das Fontes. Teoria do Ordenamento Jurídico. Lacunas e Conflitos Normativos. Irretroatividade da lei: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Técnica de instrução jurídica. Técnica de interpretação. Aplicação e integração do direito. Meios de integração: analogia, costumes, princípios gerais do direito.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO - CHTS 32

Informação científica na área do Direito. Questões jurídicas e métodos de enfrentamento. O problema jurídico. O ordenamento jurídico. A jurisprudência. Normativismo e psicologismo jurídico. A tópica aplicada ao direito. Argumentação e decisão jurídicas. Formas de redação do trabalho científico. Normalização da monografia científica.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO - CHTS 32

O papel da ciência. Natureza do conhecimento e do método científico. Tipos de

conhecimento. Pesquisa. Método e técnica. Escolha do tema, delimitação do tema. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.

SOCIOLOGIA GERAL - CHTS 48

Razões sociais do aparecimento da Sociologia. Natureza, objeto, método e divisão da Sociologia. Escolas Sociológicas. Fato Social. O Direito como fato social. O desenvolvimento da sociologia: o social em suas dimensões históricas. A sistematização do social: o positivismo - origem remota, os renascentistas, os modernos. A estrutura positivista. A filosofia positivista. O evolucionismo marxista. A escola sociológica. O antipositivismo das derivações kantianas. O organismo ético. A sociedade doméstica. A sociedade civil. A sociologia e as novas teorias sociológicas.

SOCIOLOGIA JURÍDICA - CHTS 64

Sociologia e Sociologia Jurídica. Contexto Histórico da Sociologia Jurídica. Sociologia Jurídica como Ciência. O estudo da relação Direito-Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Perspectiva Marxista do Direito. Emile Durkheim. Weber. Sociologia Jurídica e História: as crises contemporâneas do Direito. A Sociologia Jurídica no Brasil. A crise do Estado capitalista e a reprodução da jurisdição. A eficácia do Direito e a legitimidade da ordem jurídica. Forma de conflito e construção da legalidade. Instituições sócio-jurídicas. Os fenômenos jurídicos. O pluralismo jurídico. A certeza e segurança jurídica. Vigência e eficácia do Direito.

TEORIA GERAL DO ESTADO - CHTS 64

A Ciência Política e a Teoria Geral do Estado: teorização. A Ciência Política e a questão do método. Origem da Sociedade: teorias. Origem natural: Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Origem Contratual: Maquiavel, Thomas Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau. Estado e Nação. Elementos constitutivos do Estado: elemento geográfico; elemento humano: povo (cidadão) e população. Soberania. Elemento político-jurídico. Origem e formação do Estado. Evolução histórica do Estado. Tipos de Estado. Estado contemporâneo: o liberalismo político, o Estado constitucional e o Estado de direito. Formas de Estado. Formas de Governo: monarquia e república. Sistemas de Governo. Regimes de Governo: democracia, socialismo, comunismo, autoritarismo, totalitarismo, anarquismo e social-democracia. O Constitucionalismo moderno: Principais debates contemporâneos sobre o estado e o direito em filosofia jurídica no Brasil. O estudo da natureza e finalidade do Estado na atualidade. O Direito como instrumento privilegiado de exercício para a justiça. A Terceira Via.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO - CHTS 32

Teoria da Constituição. O Constitucionalismo. A evolução do Estado moderno. Paradigmas. Estado liberal de direito. Estado social de direito. Estado democrático de direito. O novo constitucionalismo. Constituição. A supremacia da Constituição. Conceitos de Constituição. O estudo da teoria e da tipologia da Constituição. As funções básicas da Constituição. A metódica constitucional. O Poder Constituinte: a gênese constitucional. Norma Constitucional. Regras e princípios constitucionais. Hermenêutica constitucional. Interpretação, aplicação e concretização da Constituição.

TEORIA GERAL DO PROCESSO - CHTS 64

Grupo social, conflito de interesses, a lide. Autodefesa, autocomposição e processo. Direito Material e Direito Processual. Teoria Geral do Processo. Lei processual: fontes, eficácia, interpretação e evolução histórica. Jurisdição: conceito, espécies, limites. Competência: conceito, classificação, critérios determinativos. Ação, natureza jurídica e classificação. Poder Judiciário: funções, estrutura, órgãos. Organização Judiciária: noção, conteúdo e competência legislativa. STF. Organização judiciária federal e estatal. Serviços auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advogado. Das partes. Substituição processual. Da intervenção de terceiros. Da denunciação da lide. Do chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Da oposição. Assistência. Da competência. Seus critérios determinativos. Determinação da competência: critério objetivo. Determinação da competência: critério territorial, Determinação da competência: critério funcional.

TRABALHO DE CURSO I (PROJETO) - CHTS 32

Elaboração do projeto do Trabalho de curso. Regras de elaboração e apresentação do Trabalho de curso.

TRABALHO DE CURSO II (ELABORAÇÃO E DEFESA) - CHTS 32

Elaboração e defesa do Trabalho de Curso.

DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

CRIMINOLOGIA - CHTS 32

História da criminologia. A criminologia como ciência do direito. Criminologia e direito penal. Teoria do crime. Concepções da criminalidade. Formas de violência. Sociologia da violência. Controle da violência. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social, os seus tipos e teorias. Psicologia Forense. O crime sob o ponto de vista de suas formas, fatores e tipos. A criminalidade sob o ponto de vista de suas formas, fatores, tipos e teorias. Penalidade: sistema penitenciário. Pena alternativa. Questões de criminologia.

DIREITO AGRÁRIO - CHTS 64

O regime sesmarial e a “Lei de Terras” de 1850, como referenciais históricos do Direito Agrário no Brasil. A institucionalização do Direito Agrário (EC n. 10/64) e o “Estatuto da Terra”. Os princípios do Direito Agrário. As atividades agrárias como objeto do Direito Agrário. O imóvel rural e sua classificação. A função social do imóvel rural. O instituto brasileiro de terras devolutas e seus procedimentos discriminatórios. A legitimação e a regularização de posses. O usucapião agrário. A reforma agrária. A desapropriação agrária. Colonização. Política Agrícola. O crédito rural. Cooperativismo e associativismo rural. Os contratos agrários. Cadastro e Tributação do imóvel rural.

DIREITO AMBIENTAL - CHTS 64

Direito Ambiental: noções, características. Direito difuso. A proteção constitucional ao meio ambiente. Instrumentos da Política Nacional do meio ambiente. Estudo de Impacto Ambiental. Responsabilidade civil em face do dano ecológico. Urbanismo e meio ambiente. Atividade agrária e proteção ambiental: desenvolvimento sustentado. Aspectos jurídicos da poluição. Poluição das Águas. Poluição do Ar. Resíduos (lixo). Áreas de preservação permanente: florestas e fauna. Lei de Agrotóxicos. Chuva Ácida. Conferências internacionais sobre Ecologia. Superpopulação. Zona costeira. Tombamentos do patrimônio natural e cultural.

DIREITO ECONÔMICO E CONCORRÊNCIA - CHTS 64

Direito Econômico: noções introdutórias e conceitos básicos. Ordem Econômica. Princípios constitucionais. A intervenção estatal no domínio econômico. A defesa da concorrência. Abuso de poder econômico. Controle dos atos de concentração pelo CADE. Regulamentação *anti-dumping* brasileira. Regulamentação internacional da concorrência no Mercosul e União Européia.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO - CHTS 64

Direito internacional público: noções, evolução histórica, princípios e fontes. Ordem jurídica internacional. Comunidade Internacional. Sujeitos do Direito Internacional. O Estado como pessoa internacional: elementos constitutivos. A soberania do Estado e a ordem jurídica internacional. As Organizações Internacionais. Organizações Não-Governamentais Internacionais. Organização das Nações Unidas: origem, estatuto, natureza jurídica, composição e estruturação. A Organização dos Estados Americanos. Espaços Comuns Internacionais: alto-mar e fundos oceânicos. Espaço aéreo e sideral. Zonas polares. Relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional. Atos jurídicos internacionais. Atos internacionais. Tratados internacionais. Atos das Organizações Internacionais. Convenções e outros atos Internacionais ratificados pelo Brasil. Codificação: conceito, processo, efeitos. Contencioso Internacional. Preceitos básicos sobre solução de litígios. Solução pacífica e não pacífica de conflitos. Processos políticos. Processos jurídicos. Medidas coercitivas. Regras de conexão e de competência jurisdicional. Condição jurídica do estrangeiro. Homologação de sentença estrangeira. Contratos internacionais. Cláusulas típicas. Cláusulas *hardship*. Organização Mundial do Comércio (OMC). A Moeda Internacional. O Risco nos Contratos Internacionais. O Acordo TRIP'S.

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA - CHTS 64

Direito Processual do Trabalho: conceitos, características, fundamentos e origens. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Conflitos do trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competências. O processo trabalhista. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

MEDICINA LEGAL - CHTS 64

Conceitos básicos de Medicina Forense e suas aplicações no mundo jurídico. Noções gerais. Instituto Técnico e Científico de Polícia. Apresentação das principais técnicas periciais da Medicina Forense. Diagnósticos legais. Documentos médicos legais. Determinação médico-forense do sexo. Impotência masculina e feminina. Apresentação dos principais problemas traumatológicos e sua relevância jurídica. Meios produtores de lesões, sevícias, torturas e simulação. Energias vulnerantes físicas, químicas e mecânicas. Lesões. Asfíxiologia. Energias asfícticias. Laudo de exame de lesão corporal. Tanatologia Forense. Conceito e diagnóstico médico-forense de morte. Homicídio, suicídio, acidentes, morte cerebral e cárdio-respiratória, eutanásia e transplante. Sexologia Forense: casamento, controle de natalidade, planejamento familiar, inseminação artificial, doenças sexualmente transmissíveis. Direito Civil: comoriência, gravidez, aconselhamento genético no casamento, investigação de paternidade. Psicopatologia Forense. Distúrbios Neurológicos de Interesse Jurídico. Identidade. Testemunho. Confissão.

PROCESSO CONSTITUCIONAL - CHTS 32

Direito Processual Constitucional. Constituição e Processo. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual: distinções. A jurisdição constitucional: conceito, origens, fundamentos de legitimidade e funções. O Supremo Tribunal Federal. Jurisdição constitucional das liberdades: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção e ação civil pública. Outros instrumentos constitucionais de

garantia dos direitos fundamentais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. Sistemas de controle de constitucionalidade. Origens históricas. O sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no Direito constitucional brasileiro. A velha e a nova jurisdição constitucional.

RESPONSABILIDADE CIVIL - CHTS 64

Obrigações por atos ilícitos. Responsabilidade civil. Responsabilidade sem culpa. Responsabilidade profissional. Responsabilidade do Estado.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

AÇÕES COLETIVAS - CHTS 32

Visa a dar ao aluno, em nível de aprofundamento, o conhecimento global das ações coletivas instituídas no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, bem como a análise das leis que as disciplinam.

DIREITO COMPARADO - CHTS 32

Direito comparado: introdução. Noção, objeto e delimitação do Direito comparado. Relações com disciplinas afins. Perspectiva interdisciplinar. Recepções de direito. Estudos de estruturas jurídico-constitucionais. Estudos de casos.

DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO - CHTS 32

Direito Comunitário. Direito da Integração. Entidades supranacionais. Soberania. Direito Comunitário na União Européia. Organização. Fontes normativas. A Constituição européia. Direito da Integração no Mercosul. Organização. Fontes normativas. Harmonização das ordens jurídicas nacionais. Resolução de conflitos. Direito da Integração e Poder Judiciário.

DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL E ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - CHTS 32

Histórico da pena. Execução das penas no Brasil. Fundamentos constitucionais da Lei de Execução Penal. Regime disciplinar diferenciado. Atuação e limitação dos poderes na execução penal. Órgãos de execução penal. A execução penal no sistema sócio-político-econômico do país. A lei de execução penal frente a lei de responsabilidade fiscal.

DIREITO DE NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - CHTS 32

Visa a dar ao aluno, em nível de aprofundamento, o conhecimento global das normas internacionais, constitucionais e infraconstitucionais que tratam da dos institutos e mecanismos de mediação e arbitragem no Brasil.

DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL - CHTS 32

O sistema econômico internacional: os atores, o comércio mundial; evolução; os mercados; o sistema monetário e financeiro após a Guerra Mundial; as relações financeiras internacionais. O Direito Internacional e o Direito Internacional Econômico; as relações comerciais internacionais. Sociedade Econômica Internacional. As regras e fundamentos que regulam a Organização mundial do Comércio. Os Blocos Econômicos Internacionais.

DIREITO DO CONSUMIDOR - CHTS 32

Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica e sua consequência em face do Direito do Consumidor. Contratos mercantis e normas contratuais do Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa

do Consumidor em Juízo. A tutela administrativa das relações de consumo. A tutela individual do consumidor em juízo. Crimes contra o consumidor: tipicidade e antijuridicidade.

DIREITO IMOBILIÁRIO - CHTS 32

Aquisição e registro de imóveis. Contrato e promessa de compra e venda de imóveis. Incorporação Imobiliária. Condomínio. Parcelamento do solo. Locação predial. Leasing imobiliário.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - CHTS 32

Direito Internacional Privado: noções, distinções, fundamento, natureza, origens históricas. Diversidade e conflito de ordens jurídicas positivas. Nacionalismo e Internacionalismo. Direito Uniforme. Direito Comparado. Normas de Direito Internacional Privado: estrutura, função e natureza. Objeto do Direito Internacional Privado: a nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro e conflito de leis. O problema técnico conflitual: elementos de conexão. Nacionalidade e domicílio. Qualificação, renúncia e devolução. Exceções à aplicação do direito estrangeiro. Direito adquirido. Aspectos analítico-críticos dos principais institutos jurídicos, pela ótica do Direito Internacional Privado: pessoas físicas; casamento e divórcio; filiação e assistência; sucessão legítima e sucessão testamentária.

DIREITO PENAL INTERNACIONAL E CORTES INTERNACIONAIS DE JUSTIÇA - CHTS 32

Natureza jurídica e fundamentos teóricos. Tratados e convenções internacionais. Direitos humanos e as grandes guerras. Tribunal de Nuremberg. Estatuto de Roma - Tribunal Penal Internacional. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Regras de Tóquio.

LEIS PENAS ESPECÍFICAS - CHTS 64

Estudo particularizado das normas em espécie. Dos crimes contra a administração pública. Lei de Contravenções penais (noções gerais). Crimes de tráfico de entorpecentes. Leis 6.368/76 e 10.409/02. Crimes hediondos. Crimes de Imprensa. Crimes Falimentares. Crimes de Sonegação Fiscal. Crime Organizado. Crimes Militares.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - CHTS 64

Direito Previdenciário: noções, fundamentos e fontes. Evolução histórica do sistema previdenciário no Brasil e no mundo. Sistemas previdenciários existentes no direito brasileiro. Princípios e fundamentos do ordenamento constitucional brasileiro. Leis de Custeio e de Benefícios. Constituição Federal de 1988 e o direito da seguridade social: Da Seguridade Social - Título VII (Da ordem Social). Estudo da legislação infra-constitucional. Crimes previdenciários. Previdência privada. As metas, os fundamentos das reformas em curso nos países da Europa e da América Latina. Previdência rural.

DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO - CHTS 32

Processo Administrativo: espécies. Processo Administrativo Disciplinar. Acompanhamento em processo de licitação. Contratos. Convênios.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO - CHTS 32

Processo Tributário: espécies. Graus de jurisdição. Procedimentos administrativos. Processo Judicial. O processo da consulta.

DIREITOS INDIVIDUAIS ESPECIAIS - CHTS 64

O Direito como produtor da realidade social. O direito e a assistência social. Direitos individuais especiais garantidos constitucionalmente. Direitos especiais da Criança e do Adolescente. Direitos do Idoso. Direitos dos portadores de enfermidades. Direitos especiais da mulher. Direitos dos portadores de deficiência. Garantias jurídicas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - CHTS 32

Orientações gerais s/ Estágio junto ao NPJ; Apresentação da programação do 5º semestre de estágio; Orientação, agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Juizados Especiais Criminais e Cíveis Estaduais Federais, Sessões na Câmara de Conciliação e Arbitragem, Conselho Penitenciário e Conselho Administrativo Tributário, além de outros órgãos judiciais. Tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ na conformidade do que consta no art. 17, § 1º e 2º das Normas Regulamentares do Núcleo de Prática Jurídica - NRNPJ .

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - CHTS 32

Orientações gerais s/ Estágio junto ao NPJ; Apresentação da programação do 6º semestre de estágio; Orientação, agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Juizados Especiais Criminais e Cíveis Estaduais Federais, Sessões na Câmara de Conciliação e Arbitragem, Conselho Penitenciário e Conselho Administrativo Tributário, além de outros órgãos judiciais. Tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ na conformidade do que consta no art. 17, § 1º e 2º das Normas Regulamentares do Núcleo de Prática Jurídica - NRNPJ .

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - CHTS 32

Orientação, acompanhamento e relatórios de audiências cíveis, penais em nível de 1º Grau. Práticas reais junto ao EMAJ: triagem, acompanhamento de peças processuais e audiências relativas ao processo. Acompanhamentos de extensão e serviços comunitários. Atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica, 4º Juizado Especial e/ou outros juizados.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - CHTS 32

Orientação, acompanhamento e relatórios de audiências cíveis, penais em nível de 1º Grau. Práticas reais junto ao EMAJ: triagem, acompanhamento de peças processuais e audiências relativas ao processo. Acompanhamentos de extensão e serviços comunitários. Atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica, 4º Juizado Especial e/ou outros juizados.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V - CHTS 32

Orientação, acompanhamento e relatório de Sessões nos Tribunais de Justiça e Tribunais Superiores. Práticas reais: atendimento, triagem, encaminhamento e petição junto ao EMAJ. Orientação, acompanhamento e petições junto aos Tribunais.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA CIVIL I - CHTS 48

Prática jurídica civil simulada. Discussão de processos judiciais reais. Acompanhamento da marcha processual com a resolução de problemas fictícios através da elaboração de peças processuais simuladas, realização de audiências e julgamentos cabíveis.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA CIVIL II - CHTS 48

Prática jurídica civil simulada. Discussão de processos judiciais reais. Acompanhamento da marcha processual com a resolução de problemas fictícios através da elaboração de peças processuais simuladas, realização de audiências e julgamentos cabíveis.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURIDICA PENAL I - CHTS 48

Elaboração de Inquérito Policial : Portaria, auto de prisão em flagrante, termos de inquirição de testemunhas, declarações da vítima e do indiciado, Relatório e Remessa, além de outras peças. Devolução , diligências e arquivamento. Elaboração de Termo Circunstanciado de Ocorrência- TCO ; Termo de apresentação do autor do fato e ofendida; Termos da Audiência Preliminar, denúncia e audiência de instrução e julgamento; Prisões Processuais: petição, parecer e decisão; mandado de prisão/alvará de soltura. Contra-cauteladas de natureza pessoal e real. Elaboração de processo de ação penal pública, condicionada e privada. Denúncia e Queixa. Da assistência de acusação. Procedimento Ordinário. Procedimento Sumário. Procedimento Sumaríssimo.

LABORATORIO DE PRÁTICA JURIDICA PENAL II - CHTS 48

Procedimento do Júri - elaboração de peças (juízo de acusação e juízo da causa); sessão de julgamento. Procedimentos Incidentes: exceções, incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Elaboração de Recursos aos Tribunais de Justiça : Petição, razões, contra-razões e julgamento. Recurso Ordinário ao STJ e STF. Elaboração de Recursos Especial e Extraordinário: petição, razões, contra-razões e julgamento. Hábeas Corpus e Mandado de Segurança em matéria penal. Elaboração de peças da Execução Penal: Guia de Recolhimento, Livramento Condicional, Remissão, Progressão/regressão de Regime, outras.

LABORATORIO DE PRÁTICA JURIDICA PENAL II - CHTS 48

Procedimento do Júri - elaboração de peças (juízo de acusação e juízo da causa); sessão de julgamento. Procedimentos Incidentes: exceções, incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Elaboração de Recursos aos Tribunais de Justiça : Petição, razões, contra-razões e julgamento. Recurso Ordinário ao STJ e STF. Elaboração de Recursos Especial e Extraordinário: petição, razões, contra-razões e julgamento. Hábeas Corpus e Mandado de Segurança em matéria penal. Elaboração de peças da Execução Penal: Guia de Recolhimento, Livramento Condicional, Remissão, Progressão/regressão de Regime, outras.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA - CHTS 48

Estudos e atividades práticas do Direito Processual Trabalhista segundo as suas diversas ações e procedimentos.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL - CHTS 32

Sinais Distintivos: modalidades tradicionais e novas. Classificação nacional de produtos e serviços. Princípio da especialidade. Caducidade e proteção jurídica do nome comercial. Concorrência desleal. Obras de engenho e invenção industrial. Patentes. Direitos da propriedade industrial. Propriedade Intelectual, Propriedade Literária e Artística e Propriedade Industrial. Patentes. Sistemas de organização administrativa do registro da propriedade industrial. Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. *Design*. *Know-how*. Segredo de fábrica. Marca notória e marca notoriamente conhecida. Marcas de indústria e comércio. Sistema de registro do nome comercial. Princípio da territorialidade: nomes geográficos (indicação de procedência e denominação de origem); sinais e expressões de propaganda; transmissibilidade dos sinais distintivos; contrato de licença de uso de marca; as modalidades de extinção dos registros das marcas. Crimes contra a propriedade industrial. Contratos de transferência de tecnologia, de pesquisa e de assistência técnica. Medidas judiciais de defesa da propriedade industrial.

ANEXO III DA RESOLUÇÃO - CEPEC N° 696

EIXO TEMÁTICO I - POLÍTICA CRIMINAL

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | CHT | NATUREZA |
|---|------------------------|-----|-------------|
| Criminologia | Não há | 32 | Obrigatória |
| Medicina Legal | Direito Penal III | 64 | Obrigatória |
| Leis Penais Específicas | Direito Penal II | 48 | Optativa |
| Direito de Execução Penal e Administração Prisional | Não há | 32 | |
| Direito Penal Internacional | Direito Constitucional | 32 | Optativa |

EIXO TEMÁTICO II

CIDADANIA, DIREITOS SOCIAIS E INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | CHT | NATUREZA |
|--------------------------------|--|-----|-------------|
| Direito Agrário | Direito Constitucional II, Direito Civil | 64 | Obrigatória |
| Direito Ambiental | Direito Constitucional II | 64 | Obrigatória |
| Direitos Individuais Especiais | Não há | 48 | Optativa |
| Direito do Consumidor | Não há | 32 | Optativa |
| Direito Previdenciário | Não há | 48 | Optativa |

EIXO TEMÁTICO III

DIREITO PROCESSUAL E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | CHT | NATUREZA |
|--|---|-----|-------------|
| Direito Processual Trabalhista | Teoria Geral do Processo, Direito do Trabalho I | 64 | Obrigatória |
| Direito de Negociação, Mediação e Arbitragem | Não há | 32 | Optativa |
| Direito Processual Administrativo | Direito Administrativo II, Teoria Geral do Processo | 32 | Optativa |
| Ações Coletivas | Teoria Geral do Estado | 32 | Optativa |
| Processo Constitucional | Direito Constitucional I | 32 | Optativa |

EIXO TEMÁTICO IV

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | CHT | NATUREZA |
|----------------------------------|---|-----|-------------|
| Direito Econômico e Concorrência | Economia Política, Direito Constitucional I | 48 | Obrigatória |
| Responsabilidade Civil | Direito Civil III | 48 | Obrigatória |
| Direito Imobiliário | Não há | 32 | Optativa |
| Propriedade Industrial | Direito Empresarial III | 32 | Optativa |

EIXO TEMÁTICO V

DIREITO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

| DISCIPLINA | PRÉ-REQUISITO | CHT | NATUREZA |
|-------------------------------------|---|-----|-------------|
| Direito Internacional Público | Introdução ao Direito | 64 | Obrigatória |
| Direito Comunitário e da Integração | Teoria Geral do Estado | 48 | Optativa |
| Direito Comparado | Introdução ao Direito | 32 | Optativa |
| Direito do Comércio Internacional | Direito Econômico e Concorrência, Direito Civil V | 32 | Optativa |

• • •